MALKA Y NEGRI
advogados

CLIPPING COVID-19

Informativo nº 031

20 de abril de 2020

Manhã

SITE / ÓRGÃO	ATOS	RESUMO
PLANALTO	Resolução nº 373, de 16.4.2020, publicada no DOU de 17.4.2020 - Edição extra	Altera o art. 29 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitem durante a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) COVID-19.
	Recomendação nº 01, de 16.4.2020, publicada no DOU de 17.4.2020 - Edição extra	Dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid-19), em todo o território nacional e dá outras providências.
	Medida Provisória nº 954, de 17.4.2020, publicada no DOU de 17.4.2020 - Edição extra	Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020
	Resolução nº 160, de 17.4.2020, publicada no DOU de 20.4.2020	Estabelece diretrizes para as reuniões do Plenário do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (CG ICP-Brasil) durante o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
INSS	Notícias - É possível cumprir exigências pelo Meu INSS, publicado em 17.04.2020.	Pelo Meu INSS (gov.br/meuinss ou aplicativo para celular), é possível cumprir exigências, ou seja, apresentar os documentos necessários para conclusão de um requerimento, e assim, dar andamento à análise do benefício. Os cidadãos são comunicados sobre as diversas exigências da solicitação pelo Meu INSS mesmo, e-mail ou por mensagem 'SMS'.
CSJT	Notícias - Medidas de prevenção à Covid-19 na Justiça do Trabalho passam a vigorar por prazo indeterminado, publicada em 18.04.2020	A direção do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) editou, nesta sexta-feira (17), o Ato Conjunto CSJT.GP.GVP.CGJT 5/2020 que prorroga, por tempo indeterminado, as medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) e estabelece que os prazos processuais no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus voltem a fluir normalmente a partir de 4 de maio. A medida leva em consideração a necessidade de dar curso aos julgamentos dos

		processos afetados à Justiça do Trabalho e à natureza alimentar dos créditos trabalhistas, sem que afete a manutenção de isolamento social para reduzir a possibilidade de contágio da COVID – 19. Assim como no Tribunal Superior do Trabalho (TST), as audiências e sessões devem ser realizadas por meio virtual ou telepresencial.
TST	Notícias - **Prazos processuais no TST voltarão a ser contados a partir de 4/5**, publicada em 17.04.2020.	A direção do Tribunal Superior do Trabalho (TST) editou, nesta sexta-feira (17), o Ato Conjunto TST.GP.GVP.CGJT 170/2020, que prorroga por tempo indeterminado as medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) e estabelece que os prazos processuais no âmbito do Tribunal voltem a fluir normalmente a partir de 4/5. Prazos processuais De acordo com o novo ato, os prazos permanecerão suspensos apenas nos processos que tramitam em meio físico. Os prazos já iniciados serão retomados no estado em que se encontravam no momento da suspensão
MPT/RJ	Notícia - Conheça o aplicativo do Ministério Público do Trabalho, publicada em 17.04.2020	O objetivo é colher denúncias em todo o território nacional que viole os direitos dos trabalhadores com repercussão coletiva. O Ministério Público do Trabalho (MPT) criou o aplicativo "MPT Pardal", que já está disponível na plataforma Android e IOS.
MPRJ	Notícia - MPRJ ajuíza ação para que o Estado do Rio de Janeiro não compute como dias e horas letivos as atividades educacionais realizadas através de plataforma digita, publicada em 20.04.2020	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 2ª e 3ª Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, ajuizou, na sexta-feira (17/04), ação civil pública junto à 6ª Vara de Fazenda Pública para que o Estado do Rio de Janeiro se abstenha de computar como dias e horas letivos as atividades educacionais realizadas através da plataforma Google For Education e da ferramenta Google Classrom ou qualquer plataforma educacional similar. Na ação o MPRJ aponta que o art. 24, I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que determina o cumprimento de 800 horas letivas presenciais como direito dos alunos, o que faz com que as aulas virtuais possam ser consideradas atividades meramente complementares e de estímulo intelectual aos alunos, sem prejuízo da retomada das aulas presenciais, assim que possível.

	Notícia - MPRJ contesta constitucionalidade de norma da Prefeitura do Rio que proíbe presença de idosos em agências bancárias, publicada em 19.04.2020	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Assuntos Cíveis e Institucionais, ingressou com representação de inconstitucionalidade para impugnar a norma da Prefeitura do Rio, contida no decreto 47.311/20, determinando a proibição de atendimento bancário presencial em agências a pessoas idosas, devido à pandemia do novo coronavírus (Covid-19). De acordo com a peça, encaminhada à Presidência do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), a expressão "vedado o atendimento aos usuários com sessenta anos ou mais de idade, aos quais deverá ser garantido o atendimento por outro meio", atribuída ao art. 1º-A, inc. I, 2, in fine, do decreto nº 47.282/20 pelo art. 2º do Decreto nº 47.311/20, é inconstitucional, pois viola os arts. 5º, caput, 8º, caput (dignidade da pessoa humana), 7º (separação de Poderes), 39, caput (princípio da justiça social [favor debilis]), art. 61 (assistência estatal aos idosos) e 145, inc. VI (matéria que não pode ser regulada por decreto), todos da Constituição do Estado do Rio".
	Notícia - MPRJ e Defensoria ajuízam ação para que o Estado e o Município do Rio desbloqueiem leitos de UTI previstos no Plano de Contingência, publicada em 18.04.2020	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 1ª, da 2ª, da 3ª, da 4ª e da 5ª Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital, e a Defensoria Pública do Estado do Rio, ajuizaram nesta sexta-feira (17/04), ação civil pública para que o Estado e o Município do Rio desbloqueiem leitos de Unidade de Tratamento Intensivo para a Síndrome Respiratória Aguda Grave (UTI/SRAG), previstos no Plano de Contingência do Estado, que encontram-se inativos ou utilizados para utilidade diversa que não seja receber pacientes infectados com o novo coronavírus (Covid-19). De acordo com a ação, que também pede que as administrações estadual e municipal não relaxem o modelo atual de distanciamento social na cidade do Rio até que a medida seja tomada, o consumo dos leitos operacionais de UTI/SRAG nas unidades de saúde do Estado e do Município do Rio alcançou, segundo dados do Sistema Nacional de Regulação (SISREG), 93,9% de sua capacidade, patamar alarmante que exige a adoção de medidas emergenciais e imediatas por parte dos demandados.
	Notícia - STF implementa em maio aperfeiçoamentos no sistema de sessões virtuais, disponibilizada em 20.04.2020	As medidas, que serão implementadas em maio, foram anunciadas pelo presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli, na abertura da sessão plenária de quarta-feira (17). As melhorias na plataforma atendem a solicitações do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e de associações de advogados. Hoje já é possível

		acompanhar no andamento processual, no site do STF, a conclusão de cada voto em tempo real, assim que os ministros os lançam nos julgamentos virtuais de Turmas e Plenário. Com as mudanças, relatórios e íntegras dos votos serão disponibilizados no portal do STF durante a sessão virtual, ampliando a publicidade e a transparência dos julgamentos. As sustentações orais dos advogados e partes interessadas passarão ser enviadas pelo sistema de peticionamento eletrônico do Tribunal, gerando automaticamente andamento processual. As sustentações orais também ficarão disponíveis na internet.
STF	Notícia - Ministros Ribeiro Dantas e Gurgel de Faria debatem situação da Justiça em tempos de coronavírus, disponibilizada em 17.04.2020	Durante o encontro – realizado por meio de videoconferência –, o ministro Gurgel de Faria destacou a importância de o Judiciário brasileiro ter investido no processo digital e no aperfeiçoamento dos sistemas, pois isso permitiu que, neste período de pandemia, a prestação da jurisdição não fosse interrompida. O ministro salientou também os bons resultados alcançados pelo STJ nas primeiras semanas de trabalho remoto. Lembrou que as decisões monocráticas continuam sendo proferidas e que as sessões virtuais permanecem em funcionamento para o julgamento dos agravos internos, agravos regimentais e embargos de declaração.
STJ	Notícia - STJ terá julgamentos por videoconferência durante pandemia, disponibilizada em 17.04.2020	O Pleno do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em reunião por videoconferência nesta sexta-feira (17), aprovou uma resolução para permitir que seus órgãos colegiados, em caráter excepcional, realizem sessões de julgamento também por meio de videoconferência, enquanto as sessões presenciais continuarem suspensas – medida adotada no combate à pandemia do novo coronavírus (Covid-19). A nova resolução será publicada segunda-feira (20). Dessa forma, as primeiras sessões por videoconferência das turmas acontecerão em 5 de maio. A Corte Especial vai se reunir no dia 6, e as seções terão julgamentos a partir do dia 13. Com o retorno das sessões, os prazos processuais voltam a correr a partir de 4 de maio. Os prazos estão suspensos até 30 de abril, conforme estabelecido pela Resolução STJ/GP 6.
	Notícia - Muito além do novo coronavírus: a jurisprudência do STJ em tempos de epidemia,	No âmbito judicial, o tribunal tem sido acionado em um grande número de recursos relacionados à pandemia, e tomou decisões importantes para o seu enfrentamento – como na destinação para a saúde do dinheiro obtido em decorrência de operação policial e na concessão de prisão

	disponibilizada em 19.04.2020	domiciliar a todos os presos por dívida alimentícia no país.
	Notícia - SJES orienta sobre o recebimento de alvarás judiciais durante a pandemia, disponibilizada em 17.04.2020	A Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES) informa os procedimentos para o recebimento de alvarás judiciais emitidos pelo órgão. Mesmo com o esquema especial de trabalho do Judiciário e dos bancos, durante a pandemia do Covid-19, os alvarás continuam sendo pagos pela Caixa Econômica Federal ou pelo Banco do Brasil.
TRF-2	DECRETO RIO Nº 47375 DE 18 DE ABRIL DE 2020, publicado no D.O em 18.04.2020	Altera o Decreto Rio nº 47.282 de 21 de março de 2020, que determina a adoção de medidas adicionais, pelo Município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus - COVID - 19, para tornar obrigatório o uso de máscaras de proteção facial, como medida complementar à redução do contágio pelo Sars-Cov-2, e dá outras providências.
Prefeitura do Rio de Janeiro	Notícia – RDAU: TJRJ produz mais de 330 mil sentenças, acórdãos e decisões e cerca de 3, 2 milhões atos de servidores em 30 dias disponibilizada 17.04.2020	Na 1ª instância, foram proferidas 168.174 sentenças, dadas 137.573 decisões, e realizados 344.071 despachos. Ocorreram ainda 619 audiências, 96.885 arquivamentos e 3.017.378 movimentações processuais feitas por servidores. Já na 2ª instância, houve 9.004 acórdãos das câmaras, 11.167 decisões monocráticas e 4.321 decisões, além de 21.375 despachos e 190.196 atos cumpridos por servidores.
TJRJ	Ato Normativo Conjunto TJ CGJ 08 de 2020 publicado 20.04.2020	Autoriza a realização de sessão de mediação através do sistema de videoconferência nas varas de família da comarca da capital durante o período de vigência do estado de emergência provocado pelo Covid.-19.
	Provimento CGJ 34 de 2020 publicado 20.04.2020	Determina a realização de tarefas por servidores sem acesso ao sistema SAR, visando intensificar os procedimentos de arquivamento e descongestionar os cartorários.
	Notícia – SES fala sobre cuidados que gestantes precisam ter durante coronavírus disponibilizada 19.04.2020	A Secretaria de Estado de Saúde (SES), seguindo orientação do Ministério da Saúde, incluiu as gestantes ao grupo considerado mais suscetível aos efeitos da Covid-19. Por isso, as grávidas devem intensificar os cuidados da prevenção da doença. Além delas, as puérperas, ou seja, mulheres que deram à luz há até 42 dias, também passam a ser classificadas como um risco maior.
ERJ	Notícia – Faetec prorroga prazos para inscrições em cursos de qualificação	Os interessados em participar dos cursos de qualificação profissional da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), instituição vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), terão mais tempo para realizar as suas

	disponibilizada 19.04.2020	inscrições. Os candidatos poderão se cadastrar até o dia 11 de maio, por meio do site faetec.rj.gov.br. Serão oferecidas 1.420 vagas em 33 cursos profissionalizantes gratuitos. O prazo das inscrições foi estendido devido ao anúncio da prorrogação do Decreto do Governo do Estado, no combate a pandemia do novo coronavírus (Covid-19).
	Notícia – Theatro Municipal lança cartilha virtual durante isolamento disponibilizada 18.04.2020	Aprender um pouco da história de um dos mais importantes teatros do país e alguns de seus personagens através de jogos de inteligência. Essa é a proposta da cartilha semanal de atividades que está sendo desenvolvida pelo Theatro Municipal, disponível no site e nas redes sociais do Theatro. Desenvolvida pelo setor educativo, as pessoas conseguem ver de casa um conteúdo que, até então, só quem fazia uma visita guiada teria acesso.
	Lei Estadual 8.794 de 17.04.2020 publicada 17.04.2020 em edição extra	Reconhece o estado de calamidade pública em virtude da situação de emergência decorrente do Covid-19, cujo prazo é até o dia 01/09/2020.
	Decreto 47.038 de 17.04.2020 publicado 17.04.2020 em edição extra	Reconhece o falecimento, em virtude da Covid-19 contraída por servidor público civil ou militar estadual, no exercício de suas atribuições, como acidente em serviço para fins de pagamento de pensão por morte.
	Decreto 47.039 de 17.04.2020 publicado 17.04.2020 em edição extra	Determina a realização de ações elo órgão central de controle interno do poder executivo estadual de avaliação sistemática das despesas e atos decorrentes das medidas de enfrentamento da Covid-19.
	Notícia – Corregedor do CNJ determina que TJAM apure descumprimento de decisão na saúde disponibilizada 19.04.2020	O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, determinou, neste domingo (19/4), ao desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior, corregedor-geral do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), que adote as providências imediatas necessárias para assegurar o cumprimento de decisão em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual (MPE) para a criação de mais leitos hospitalares.
CNJ	Notícia – COVID-19: Fórum da Saúde reúne saúde suplementar para discutir crise disponibilizada 17.04.2020	O Comitê Executivo do Fórum Nacional de Saúde recebeu representantes do setor de Saúde Suplementar para debater sobre a preocupação das operadoras com decisões judiciais que impactam na prestação do serviço a seus segurados. As empresas apresentaram propostas de ações integradas entre o setor público e o setor privado que possam colaborar

		com o Sistema Único de Saúde (SUS) durante o período da crise causada pela COVID-19. Durante a reunião, realizada na quinta-feira (16/4), os participantes trataram ainda sobre as possíveis ferramentas de informações que venham auxiliar os magistrados em sua tomada de decisão em meio à pandemia de coronavírus.
	Notícia – Diretrizes orientam funcionamento emergencial de abrigos durante pandemia disponibilizada 17.04.2020	O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou na terça-feira (14/4) uma série de diretrizes para orientar o funcionamento excepcional dos serviços de acolhimento e adoção durante a pandemia causada pela crescente disseminação do novo coronavírus no país, através da publicação da Recomendação Conjunta 1 de 16.04.2020.
	Notícia – Justiça Federal indefere mandado de segurança contra presidente da OAB disponibilizada 18.04.2020	O juiz federal substituto da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, Bruno Anderson Santos da Silva, indeferiu a petição inicial e denegou a segurança pleiteada em mandado de segurança contra o presidente da OAB Nacional, Felipe Santa Cruz. A sentença foi proferida na noite dessa sexta-feira (17). Santa Cruz foi alvo do mandado após a OAB propor Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 672 em defesa do cumprimento das medidas de isolamento determinadas pelo Ministério da Saúde, o respeito às determinações dos governadores e prefeitos em relação ao funcionamento das atividades econômicas e as regras de aglomeração e não interferência nas atividades técnicas do ministério com base nas diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS).
OAB	Notícia – Nota pública em defesa da democracia disponibilizada 20.04.2020	O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil reafirma seu compromisso histórico e não transigirá na defesa da Democracia. A Constituição Federal estabelece as estruturas do Estado a partir de uma equilibrada repartição de competências, que tem por objetivo evitar abusos dos poderes estabelecidos. São inadmissíveis as iniciativas e os atos de apoio à ruptura democrática, à intervenção militar e os atos institucionais que atentem contra as liberdades. Atos que contrariem o Estado Democrático devem ser reprimidos conforme os rigores da Lei e com a responsabilização de todos os envolvidos. A Ordem dos Advogados do Brasil permanecerá firme e determinada na defesa do Estado Democrático de Direito e das suas instituições

		constitucionalmente fundadas, como sempre procedeu ao longo da sua história. Brasília, 19 de abril de 2020. Conselho Federal da OAB
	Notícia – Juiz proíbe carreata contra o isolamento social em Ribeirão Preto disponibilizada 20.04.2020	O juiz José Duarte Neto, da comarca de Ribeirão Preto, proibiu uma manifestação pública prevista para acontecer neste domingo (19/4) na cidade. A decisão foi proferida durante o plantão judiciário.
CONJUR	Notícia – Por Covid-19, juiz suspende cobrança de impostos e contribuições sociais de empresa disponibilizada 19.04.2020	Devido ao estado de calamidade pública por causa da epidemia da Covid-19, o juiz federal Marcelo Guerra Martins, da 17ª Vara Cível Federal de São Paulo, aceitou pedido da Armco do Brasil e suspendeu a exigibilidade de IR, CSLL, COFINS, PIS, IPI e das contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários por 90 dias desde a entrada em vigor do Decreto 64.879/2020 do estado de São Paulo.
	Notícia – Em razão da Covid-19, CVM regulamenta assembleias inteiramente digitais disponibilizada 19.04.2020	A Comissão de Valores Mobiliários editou uma norma que estabelece condições para que as companhias promovam assembleias inteiramente digitais, na esteira da edição da MP 931/2020, como parte das medidas adotadas em resposta à pandemia da Covid-19.
	Notícia – TJ-SP cria projeto-piloto de conciliação e mediação durante pandemia de Covid-19 disponibilizada 18.04.2020	A Corregedoria-Geral da Justiça de São Paulo editou dois novos regulamentos com relação aos procedimentos judiciais em face da pandemia de Covid-19. Um trata de conciliação e mediação, outro de pedidos para cremar cadáveres.
	Notícia – TJ-SP nega suspensão de débitos de ICMS de empresa de combustíveis disponibilizada 18.04.2020	O desembargador Spoladore Dominguez, da 13ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, negou liminar pedida por uma distribuidora de combustíveis para suspender os débitos vincendos de ICMS, decorrentes de parcelamentos firmados com o estado de São Paulo, pelo prazo de seis meses ou durante a epidemia da Covid-19.
	Notícia – Pandemia justifica que acordo trabalhista tenha condições alteradas, diz juíza disponibilizada 18.04.2020	A juíza Amanda Sarmento Gakiya Walraven, da Vara do Trabalho de Mococa (SP), decidiu fixar novas condições para o pagamento de parcelas oriundas de um acordo trabalhista.
	Notícia – Pedido de registro da marca coronavírus testa Lei da Propriedade Industrial	O termo "coronavírus" talvez seja o de maior alcance recente no mundo. Suas consequências econômicas e sanitárias, em pandemia que já infectou quase 2 milhões de pessoas,

	disponibilizada 18.04.2020	aumentaram seu alcance. Não à toa há pelo menos 57 pedidos de registros de marcas relacionadas à Covid-19, sendo um deles no Brasil. A análise será feita com base na Lei da Propriedade Industrial. O pedido foi submetido ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) no início de março por uma empresa de cosméticos e atualmente aguarda prazo de apresentação de oposição.
	Notícia – TST mantém medidas contra pandemia e retoma prazos processuais em 4/5 disponibilizada 17.04.2020	A direção do Tribunal Superior do Trabalho editou, nesta sexta-feira (17/4), Ato Conjunto que prorroga por tempo indeterminado as medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus e estabelece que os prazos processuais no âmbito do Tribunal voltem a fluir normalmente a partir de 4/5. Os prazos permanecerão suspensos apenas nos processos que tramitam em meio físico. Os prazos já iniciados serão retomados no estado em que se encontravam no momento da suspensão. As sessões de julgamento presenciais continuam suspensas, mas as sessões por meio virtual ou telepresencial realizadas pelo TST têm valor jurídico equivalente e asseguram a publicidade dos atos e as prerrogativas processuais.
	Notícia – MP permite a emissão de certificados de forma 100% online disponibilizada 17.04.2020	O presidente Jair Bolsonaro editou na última quarta-feira (15/4) a Medida Provisória 951/2020 que permite que certificados digitais no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira — ICP-Brasil agora podem ser emitidos de forma online.
	Notícia – STJ também realizará julgamentos por videoconferência] disponibilizada 17.04.2020	Resolução prevê julgamento da Corte Especial, Sessões e Turmas, mas deixa claro que mecanismo é temporário, até 31 de maio.
Migalhas	Notícia – Hospital deve conceder teletrabalho a funcionária de 62 anos disponibilizada 18.04.2020	Ao decidir, juiz destacou que as funções da obreira demonstram que não seria necessário o atendimento presencial
	Notícia – Toffoli restabelece pagamento de contribuição à indústria cinematográfica por empresas de telefonia	A cobrança da chamada “Condecine das Teles” deveria ser paga até 31 de março, mas o pagamento foi suspenso no dia do vencimento.

	disponibilizada 19.04.2020	
	Notícia – Empresas de telecomunicação deverão repassar dados de clientes a IBGE disponibilizada 19.04.2020	Foi publicada nesta sexta-feira, 17, a MP 954/20, que dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações. Pela norma, empresas de telecomunicação prestadoras do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e do SMP - Serviço Móvel Pessoal deverão disponibilizar ao IBGE a relação dos nomes, dos números de telefone e dos endereços de seus consumidores, pessoas físicas ou jurídicas.
	Notícia – OAB propõe ADIn contra MP que permite o compartilhamento de dados de clientes disponibilizada 20.04.2020	A OAB irá propor nesta segunda-feira, 20, ao STF uma ADIn contra a MP 954/20, que dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações. No entendimento da Ordem, a MP viola os artigos da CF que asseguram a dignidade da pessoa humana; a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas; o sigilo dos dados e a autodeterminação informativa.
	Notícia – Entidades assinam nota de apoio a PL que propõe redução da população prisional disponibilizada 20.04.2020	44 entidades jurídicas assinaram nota pública conjunta em defesa da aprovação do projeto de lei 978/20. Na nota, as entidades apontam para “um cenário iminente de milhares de mortes pela contaminação do vírus”.

Aviso legal - Este trabalho não reflete a nossa opinião. Foi desenvolvido para fins de informação e compartilhamento com a equipe interna.

Está sendo disponibilizado ao público em geral, igualmente com propósito informativo, inexistindo qualquer responsabilidade sobre o conteúdo - coletado na rede mundial de computadores -, assim como ao uso que será dado ao mesmo.

Cristiano de Loureiro Faria Mori

Danielle Dutra Soares

Luciana de Abreu Miranda

Advogados

Malka Y Negri Advogados